

Carta aprovada ainda será mudada

Quatro alterações serão revistas com apoio de Ulysses e Cabral

JULIO ALCANTARA

A Constituinte aprovou ontem à tarde, por 474 votos, o texto da redação final da Constituição, que apesar do detalhado trabalho de revisão, terá de passar ainda por última correção. E que a Comissão de Redação, entre as 212 alterações feitas no texto, modificou o mérito de quatro dispositivos sem a necessária competência para tal. Agora, com a reclamação das partes atingidas, o relator Bernardo Cabral e o presidente Ulysses Guimarães concordaram que será publicada uma errata junto à edição do texto final, restabelecendo o sentido original das matérias alteradas.

A primeira reclamação partiu do deputado Paulo Ramos (PMN/RJ). Ele denunciou a indevida alteração do artigo 125, parágrafo 4º, que trata da punição para os crimes militares. O texto encaminhado à Comissão de Redação diz no artigo 125 que "Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças".

Atendendo sugestão do deputado Bonifácio de Andrada (PDS/MG), a Comissão de Redação alterou o texto, deslocando a expressão "definidos em lei" de sua localização anterior, o que acabou modificando o conteúdo original. Na redação final votada ficou assim o enunciado: "Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e, nos casos definidos em lei, da graduação das praças".

— O restabelecimento do texto original aprovado no 2º turno significa que os policiais militares e bombeiros passam a ter maior estabilidade e igualdade de condições com os oficiais — explica o deputado Paulo Ramos (PMDB/RJ), defensor da matéria nas intensas negociações anteriores. Ao descobrir a modificação, ele cuidou de recorrer ao presidente Ulysses Guimarães e ao relator Bernardo Cabral, recolhendo suas assinaturas para a devida correção. "Eles reconheceram que a Comissão realmente não tinha competência para proceder tal alteração".

— Vamos passar esta expressão para o final do texto, ela está mal colocada e não terá importância nenhuma se ficar no fim do enunciado — argumentou para os membros da Comissão de Redação o deputado Bonifácio de Andrada (PDS/MG).

FATO INEDITO

Com o senador Konder Reis (PDS-SC) aconteceu um fato inédito: ele pediu para a Mesa refazer um texto alterado a partir de sugestão sua. No artigo 111, parágrafo primeiro, inciso primeiro, que trata da escolha dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho, Konder solicitara à comissão a substituição da expressão "de carreira" por "togados".

Ontem, percebeu que isso modificava o mérito da matéria e pediu para o texto ser refeito. Segundo explicou, juiz de carreira é o juiz de toga que ingressou mediante concurso. O juiz togado pode ser oriundo do Ministério Público ou da classe dos advogados, mas sem concurso.

Outra alteração foi detectada pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP). Ele havia sugerido na fase de revisão que o inciso VI do artigo 206, que trata da autonomia universitária, fosse transformado em artigo, para que a redação se tornasse mais clara. Só que, acatando a sugestão, a Comissão foi muito além, criando um artigo e um parágrafo único tratando do mesmo assunto.

O texto original diz que o ensino será ministrado com base na autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, com indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, nas Universidades".

O que o senador realmente deseja manter no texto final é um artigo único com o seguinte texto: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e gestão financeira patrimonial, e observada o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

— Por fim, o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, também se atendeu pelo presidente Ulysses Guimarães, que determinou a inclusão no artigo 197, alterado por sugestão do filólogo Celso Cunha. No texto da redação final, a palavra "devedor" foi trocada por "devedora" no enunciado que diz: "São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização, e controle, podendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado". O líder Carlos Sant'Anna quer o retorno da palavra "devedor", por considerar que no texto há uma conotação diferente, de não-obrigatoriedade.

— Como haverá mesmo a necessidade de publicação do texto final, estas incorreções serão corrigidas na próxima edição, sem maiores problemas — garantiu o líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim.



Mesmo votando contra a nova Constituição, a petista Benedita da Silva foi cumprimentar o emocionado Ulysses

Só aplausos na votação final

"Está encerrada esta histórica reunião". Eram 14h35 de ontem quando o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, deu por concluída a tarefa de elaboração da nova Constituição, sob os aplausos dos 494 parlamentares que aguardavam a palavra final do coordenador dos trabalhos constitucionais. Nas cinco horas e meia de sessão, Ulysses aproveitou várias oportunidades para se manifestar sobre o processo constituinte. Em um de seus pronunciamentos, deu a resposta à intenção do líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, de submeter ao voto do plenário as matérias consideradas alteradas pela Comissão de Redação.

Todas as lideranças partidárias e o relator Bernardo Cabral se manifestaram antes que o texto final fosse colocado em votação. A cada referência à sua atuação ao longo do processo, Ulysses Guimarães era aplaudido e agradecia as manifestações. Quando, finalmente, falou pela

última vez, "as palavras que mais tenho dito aqui dentro", como lembrou em sessões passadas, o plenário respondeu com palmas. "Codigos, codigos. Vamos votar amigos. Votem sim, não ou abstenção", convocou.

Antes mesmo que o painel eletrônico registrasse o resultado da votação do texto, e reconhecendo que estava se aventurando por prever antecipadamente a aprovação da Carta, Ulysses desabafou: "Sintetizo o que está em meu coração e em meu espírito. Chegamos! Nos chegamos. Graças a Deus, à sociedade, aos constituintes e ao povo brasileiro, chegamos!". Foi o sinal para mais uma manifestação calorosa do plenário.

Todos ouviram em silêncio a advertência de Ulysses ao líder Sant'Anna e à vontade de todos que ainda pensavam em vangloriar-se um 2º turno de votação. "O Regimento Interno é o meio e não o fim. O fim é a verdade, o bem, a justiça", acrescentou, depois de

lembrar do processo empreendido para buscar, em todas as matérias, uma síntese dos diferentes interesses e intenções dos representantes do povo brasileiro. Recordou ao plenário que o texto final resultou de inúmeros entendimentos sobre emendas apresentadas. "A matéria chegou para ser decidida de tal forma acordada, que os líderes não se manifestaram contra seu mérito. Tantos foram os crios e os estágios pelos quais passou, no sentido de chegar a uma proposta que sintetizasse as diferentes intenções de servir à Nação", disse ainda.

Se havia ainda alguém que esperava uma questão de ordem de Sant'Anna pedindo a apreciação de várias questões apontadas como alteradas no mérito pela Comissão de Redação, foi tranquilizado pelo pronunciamento de Ulysses Guimarães. A única questão de ordem levantada pouco antes da votação foi a do líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ).

Conversa a três ratifica acordo

Uma conversa realizada na mesa da Constituinte — pouco antes de começar a votação final entre o presidente Ulysses Guimarães e os líderes do PMDB, Nelson Jobim, e do Governo, Carlos Sant'Anna, selou de vez o final feliz ensaiado na véspera, fazendo inclusive com que o segundo desistisse da questão de ordem a respeito da validade do mérito das matérias novas incluídas no texto por acordo de liderança no segundo turno.

Ulysses dirigiu-se a Carlos Sant'Anna perguntando se o "amigo" ficaria satisfeito com uma manifestação prévia da presidência, no sentido de que a votação da redação final era, também, de convalidação do mérito. Para reafirmar que nunca teve o objetivo de atrapalhar os trabalhos, Sant'Anna respondeu que sim, mostrando que a solução atendia suas ressalvas.

Foi por isso que abriu mão da questão de ordem ensaiada na

véspera com Jobim. Ele cobraria mais uma rodada de votação para o mérito das matérias novas, o outro contraditório; viria em seguida a réplica e a tréplica. E o presidente decidiria pela validade de dupla da votação da redação final. Jobim, antes da conversa com Ulysses, aplaudia a forma encontrada para evitar problemas futuros e a negociação feita com o líder do Governo. Todavia, resolveu agir para adiantar ainda mais a decisão.

Por seu lado, o presidente Ulysses providenciou ontem cedo com a assessoria da liderança do Governo cópias das questões de ordem anteriores feitas pelo líder e todas no mesmo sentido da que faria na sessão de votação do texto final. Nelson Sant'Anna reclamava das matérias novas incluídas no segundo turno e, portanto, com uma única rodada de votação. O presidente da Constituinte resolveu agir para evitar atrasos na sessão, para o que con-

tou com a colaboração de Nelson Jobim.

Por seu lado, Carlos Sant'Anna chegou ontem ao plenário pronto para arguir os pontos de vista repetidos há algum tempo, como a possibilidade de que o texto sem duas votações pudesse servir a questionamentos futuros dos que se sentissem prejudicados com os dispositivos. Era sua parte no ensaio dos dias anteriores. Entretanto, numa conversa com Jobim, aceitou ir até a mesa dos trabalhos, para acertar uma saída mais ao sabor do presidente Ulysses Guimarães.

Proclamado o resultado, se considerou plenamente atendido e, depois de trocar um abraço com Jobim, comentou: "Eu nunca quis atrapalhar". Segundo Sant'Anna, foi um final feliz, com a garantia de que alguns dispositivos ganharam até três rodadas de votação de mérito, o que não deixa de ser importante politicamente.

Fim do trabalho emociona Ulysses

O presidente Ulysses Guimarães não precisou mudar o passo no último baile da Constituinte. A festa transcorreu tranqüila e terminou com o final feliz. "Eu vou dançar conforme a música", havia afirmado o deputado Ulysses ao entrar no plenário, pela manhã, se referindo às questões de ordem que possivelmente seriam levantadas durante a sessão. Mas os líderes partidários não criaram problemas e o presidente da Constituinte saiu do plenário, no início da tarde, emocionado e fe-

liz. "Era uma meta ambiciosa, difícil, mas chegamos bem, com um texto à altura do País. Sonhei muito com esse dia. Estou feliz", disse ele.

Apos o cerco da imprensa, o deputado Ulysses Guimarães saiu satisfeito abraçado à sua mulher, D. Mora, que também acompanha a votação do texto final e a última sessão da Constituinte. Antes, durante a entrevista, a emoção o fez trocar algumas palavras. Quando lhe perguntaram, por exemplo, se ia cancelar a en-

tregra das medalhas na solenidade de promulgação, disse que as medalhas foram cunhadas na Casa da Medalha. Ele queria dizer Casa da Moeda.

Para o presidente Ulysses, ontem foi mais um dia de muita importância e ele estava satisfeito com o resultado. "Quando se pára no meio do caminho, quando se encontra desvios e esses desvios provocam a interrupção de uma tarefa começada, isso é ruim. Graças a Deus não tivemos nenhum extravio", afirmou.



Passarinho, na tribuna

Ninguém pode ir contra a Carta

Ninguém poderá insurgir-se contra a Constituição, seja quem for. A advertência partiu de ninguém menos que o senador Jarbas Passarinho, três vezes ministro e oficial das Forças Armadas, ao falar na sessão em nome do PDS. Com o brilhantismo de oratória que marcou sua passagem pela Assembleia Nacional Constituinte, Passarinho foi o 13º líder a falar — mas o primeiro para quem o plenário se calou, ouvindo em silêncio.

Destacou, logo no início, o papel desempenhado pelo presidente da Assembleia à frente "dos trabalhos compensadores do esforço dispendido, sob a direção singularmente competente do deputado Ulysses Guimarães, severo quando necessário, paciente sempre, fraternal freqüentemente. Justo é reconhecer-se que Sua Excelência é o marco referencial desta Constituinte".

Jarbas Passarinho afirmou que seu partido, o PDS, teve presença marcante, quer pela assiduidade, quer na defesa dos postulados "de nosso programa reformista, eqüitativo do imobilismo conservador, como da utopia revolucionária". O senador lembrou que ao lado da alegria o partido teve a tristeza de uma perda dolorosa — o falecimento do senador Virgílio Távora. "Sua assinatura faltará nos autógrafos da Carta mas ele estará presente, nitido no seu conteúdo, no que tiver de melhor", disse o senador, interrompido pelos aplausos da plateia.

O presidente nacional do PDS também foi complacente com seus adversários ao afirmar que "sem renegar nosso passado, convivemos civilizadamente com aqueles que conosco se antagonizam ideologicamente, inclusive, com os que combateram, de armas nas mãos, o regime de que fomos o braço político". Em seguida, enumerou uma série de medidas implantadas no País com o apoio do então "braço político", como anistia aos exilados e restauração de eleições diretas em 82 para governadores. Acrescentou que "nesta Casa não olhamos nossos adversários de ontem como agitadores incendiários, nem ele a nos como menos patriotas. A convivência há de nos ter feito repensar conceitos que tínhamos por definitivos, e a abandonando estereótipos ou a propaganda criou". Para o senador, seus adversários ideológicos foram úteis na obtenção de avanços sociais e "nos não o fomos menos, inclusive na contenção dos excessos".

Jarbas Passarinho também falou do desejo de conduzir a "democracia governada" para a "democracia governante", em que é ampla a participação popular. Por isso, afirmou ainda, se a Constituição não é de nossos sonhos, como certamente não o será de todos, representa a vontade soberanamente expressada pela Assembleia Nacional Constituinte. Em seguida, enviou um recado aos que à nova Carta se opõem: "Ninguém poderá arrogar-se o direito de insurgir-se contra ela, seja qual for o seu poder ou a sua importância".

AnCunho

VISTO, LIDO E OUVIDO

Pacto social é utopia. Combater inflação, sim

A força tarefa e o capital no Brasil, estão procurando uma maneira de se unirem para melhorar os destinos do País. A princípio, falou-se em pacto social, mas isto é utópico, porque é indefinido. A palavra pacto é um selo, é factível, mas o social tem a extensão da miséria do nosso povo. Assim, a força do lucro jamais daria as mãos a quem lhes proporciona essa vantagem do regime capitalista.

Mas o País não está bem. Há necessidade da união de todos para melhorar o destino da Pátria. Foi assim que surgiu o pacto antinflação, e tanto os trabalhadores como empresários, estão procurando um entendimento para que o País volte a crescer.

Esta vez, é bem provável que tudo chegue a bom termo, porque ambas as partes sabem que se houver radicalismo, as duas partes serão prejudicadas.

Por isto, a campanha do basta à inflação já começa a se manifestar na rua, onde devem começar todos os movimentos nacionais.

Acontece que as propostas apresentadas são razoáveis, provocam o verdadeiro exercício da democracia e são patrocinadas pelo bom-senso.

XXX

DIPLOMACIA — Quem não pode sequer passar pela calçada do Itamarati é o jornalista Napoleão Saboya, assessor especial do presidente Sarney. Para a visita do Presidente à União Soviética, o Itamarati encontrou dificuldades de um stop no fim de semana em Paris, por causa do descanso do casal François Mitterrand. Mas Napoleão é amigo de seus principais assessores, telefonou para Paris, acertou tudo, e o Itamarati engoliu o prato pronto. Houve ranger de dentes.

XXX

PREFEITO — O PT vai partir para as próximas eleições com um candidato milionário em Anápolis. E Luiz Antônio Carvalho, presidente do grupo Coplaven, que está cansado do capitalismo. Embora aprovando-o, fez alterações nos seus conceitos e atitudes dentro de suas empresas, e parte para receber o voto do povão trabalhador. Tem chances de ganhar.

XXX

ANÚNCIO — Pode fazer bem à vista, mas não tem nada a ver aquele anúncio de iogurte onde a mãe e a filha aparecem nuas consumindo o produto. Aliás, à mesa até que poderia ficar melhor.

XXX

TRANSMISSÃO — Os locutores esportivos do Brasil são os melhores do mundo, quando transmitem jogos de outras equipes. Quando são os jogos da nossa seleção, fazem denúncias, xingam, dão instruções aos técnicos e esquecem de nos dizer o que está acontecendo em campo.

XXX

ARVORE — Quem ficou contente foi o Dr. Ozanan Coelho, do DPJ. Meses atrás, ele resolveu tratar de uma sibiipiruna doente que eu tenho em casa. Estava morrendo, atacada de brocas. Uma raspagem, um banho de remédio e muita água. Hoje, a planta está linda e recuperada, coberta de flores douradas.

XXX

MEDALHAS — Não está sendo visto com bons olhos o desejo do Dr. Ulysses em brindar constituintes com medalhas de ouro, prata e bronze. O povo entende que os constituintes cumpriram com sua obrigação, e uma festa banhada a ouro para os parlamentares vai terminar em lata para o povão. Péssima idéia.

XXX

CULTURA — Melo Ambiente não tem nada a ver com Cultura. O pedido do ministro José Afonso para unir os dois não se justifica, e pode ficar parecido com a idéia do governador Newton Cardoso, que queria unir todas as secretarias do mesmo assunto, e transformaria numa so, as de Fazenda, Cultura e Agricultura.

XXX

COUREIROS — O IBDF tem, no depósito do Rio, tanto quanto vinte milhões de dólares em peles de animais silvestres. Como a lei não permite revender, há que se encontrar uma solução para não se perder tanto dinheiro.

Porta-voz nega que Sarney vá recorrer

O porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Almeida Santos, assegurou, ontem que não há por parte do Governo qualquer disposição conspiratória, contra a Constituinte, ao negar que o presidente Sarney pretenda recorrer ao Supremo Tribunal Federal — STF — para arguir a constitucionalidade de alguns dispositivos

aprovados e com os quais o Governo não concordou, por não terem sido submetidos aos dois turnos de votação. "O que sei é que o Presidente foi o autor da convocação da Assembleia Nacional Constituinte, procurou oferecer sua contribuição por se sentir obrigado — não apenas pela natureza do cargo que ocupa, como também pela sua condição de cidadão. Mas ele próprio tem dito, reiteradas vezes, que, promulgada a nova Carta será seu primeiro servidor", acrescentou o porta-voz. As declarações de Carlos Henrique foram em resposta à pergunta de um reporter, baseada em opinião expressa do consultor-geral da República, Saulo Ramos.

O consultor defendeu a votação final da redação em dois turnos, em face das alterações que se verificaram, inclusive em relação ao mérito.

Amapaense autografa primeiro

Os constituintes do Amapá, Roraima e São Paulo serão os primeiros a autografar, duas vezes, cada um dos cinco exemplares da nova Constituição. A primeira sessão de assinaturas terá início às 9h de hoje, no Salão Negro do Congresso Nacional. Mais tarde, às 15h, será a vez dos parlamentares do Acre, Amazonas, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. No momento da assinatura, eles receberão de Ulysses Guimarães suas respectivas medalhas de prata pela participação na elaboração da Constituição.

As sessões de autógrafos acontecerão ainda nos dias 27, 28 e 29, sempre às 9h e às 15h. Esta foi a forma



Carlos Henrique

De 559, vêm 495 e 474 dizem sim

REJANE DE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

Em termos de quorum, a Constituinte já viveu dias melhores — como, por exemplo, o da votação do mandato do presidente Sarney, que atraiu ao plenário todos os 559 parlamentares. Mas o índice de ausências ontem não chegou a ser dos mais significativos: 495 constituintes compareceram à votação da redação final do projeto de constituição, ou seja, quase 90% dos parlamentares atenderam aos apelos do deputado Ulysses Guimarães e vieram a Brasília para esta última votação.

A lista dos ausentes não contém surpresas. Entre os 10% que não apareceram para votar, figuram os camponeses de faltas à Constituinte, deputados Mário Bouchardet e Felipe Cheidde, cujo paradeiro nem os gabinetes sabem informar. Já o senador Roberto Campos teria faltado em protesto contra o conteúdo do projeto, do qual é o mais áspero crítico. Segundo um de seus companheiros de bancada, o senador pedesista estaria inclinado, inclusive, a não subscrever a nova Constituição.

Do total de votantes, 474 disseram "sim" ao projeto constitucional. 15 votaram contra e 6 se abstiveram. A matéria foi aprovada por 194 votos a mais do que os 280 necessários, um

resultado consagrador na história desta Constituinte.

DO CONTRA

Os votos contrários ao projeto partiram todos da bancada do PT, que pretendeu caracterizar, desta forma, a sua insatisfação com alguns dos dispositivos da nova Carta. No discurso que proferiu ontem, o líder Luiz Inácio da Silva relacionou esses pontos: estabelecimento do emprego, reforma agrária, jornada de trabalho e estatização de diversos setores da economia. Para Lula, faltou à Constituinte democratizar economicamente o País.

Mas até a disciplinada bancada petista está sujeita a defeções. O deputado João Paulo (MG) contrariou a orientação do partido e votou pela aprovação do projeto. Não é a primeira vez que o parlamentar discorda da liderança. Na votação do sistema de Governo, contra a orientação partidária de aprovar o presidencialismo, João Paulo preferiu se abster.

Depois da sessão de ontem, o petista mineiro justificou sua posição: "Quase tudo que foi aprovado no segundo turno foi fruto de acordo de lideranças, com a participação do PT. Além disso, temos uma parcela de contribuição importante em diversos dispositivos do projeto", explicou João Paulo, acrescentando que a postura assumi-

da pela bancada deverá prejudicar politicamente o partido. Ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG), o dissidente petista está em sua primeira legislatura e foi eleito com 39 mil votos.

ABSTENÇÕES

Seis constituintes absteram-se de votar na redação final do projeto. Um deles foi o deputado Ulysses Guimarães, que como presidente da Constituinte so vota em caso de empate. Os outros cinco foram os seguintes: senadores Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO), João Menezes (PFL-PA) e Leopoldo Peres (PMDB-AM), e deputados Gilson Machado (PFL-PE) e Jairo Azil (PDC-BA). Destes, apenas o senador João Menezes (que recentemente lançou o candidato à Presidência da República) justificou sua posição: disse que votar abstenção é um de seus costumes na Constituinte.

Mas nem todos os que contribuíram para a votação do projeto estão plenamente satisfeitos com o conteúdo da futura Constituição. Embora votando favoravelmente, alguns constituintes encaminharam à Mesa, por escrito, as suas restrições ao texto. O deputado Vicente Bogo (PSB-RS), por exemplo, crítico a uma decisão relativa à reforma agrária.